



# FÓRUM INTERGOVERNAMENTAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

## ENCONTRO REGIONAL SUL

Boletim Informativo Especial

Itajaí, 27 a 29 de abril de 2006

### Promoção da igualdade racial como política de Estado: garantia de continuidade

A cidade de Itajaí, em Santa Catarina, recebeu o I Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR) da região Sul entre 27 e 29 de abril. O tema da igualdade racial como política de Estado esteve bastante presente nas discussões, em consonância com um dos objetivos do FIPIR, desde sua criação em outubro de 2003.

A preocupação dos participantes, como Lenilso da Silva, do Movimento Cisne Negro de Blumenau, é a de garantir a continuidade das ações de promoção da igualdade racial, como responsabilidade do Estado.

“Como podemos fazer com que não dependa apenas da vontade de um governo?”, pergunta. A política de Estado foi apontada como resposta a essa indagação pois, ao invés de ações localizadas, estabelece uma política perene respaldada na lei.

Para Elaine Oliveira, representante da Articulação de Mulheres Negras no

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), o papel da sociedade civil é decisivo nesse processo: “O conselho interage e faz controle social, independente de quem está no poder”.

Um exemplo concreto de ação que está se tornando política de Estado é o Programa Terra Negra Brasil, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), voltado para populações rurais negras não-quilombolas. O programa - que prevê a capacitação das populações e o incentivo à sua permanência na

terra; a implantação de infraestrutura básica; e o desenvolvimento sócio-econômico dos jovens - deve ser regularizado no início de maio no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão colegiado formado por representantes de governo e da sociedade civil, que decide quais são as políticas que o governo deve priorizar em suas ações.

A boa notícia foi trazida por Marcos Rodrigues, do MDA, durante o FIPIR Sul. O piloto para o programa, aliás, surgiu em dezembro de 2005 em Santa Catarina, na cidade de Capivari de Baixo, a partir do programa de comunidades negras rurais do Núcleo de Estudos Negros. “A partir daí o Terra Negra se expandiu para todo Brasil - a primeira iniciativa a ter escritura pública por meio do programa é a de um grupo de jovens filhos de quilombolas da comunidade de Damásio, no município de Guimarães, no Maranhão”.



FIPIR Sul teve grande participação da sociedade civil

**:: CURTAS ::**

#### **NEAB / UDESC apóia FIPIR Sul**

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC, dirigido pelo professor Paulino Cardoso, é um novo parceiro do FIPIR Sul. Presente já na reunião de Itajaí, o NEAB acompanhará as próximas atividades, apoiando a consolidação desta experiência de intercâmbio intergovernamental.

#### **Política de cotas na UFSC**

A UFSC instalou em abril a Comissão de Políticas para Ampliação de Oportunidades de Acesso Sócio Econômico e Diversidade Étnico-Racial para analisar a implementação de cotas na universidade. A comissão se reúne em 21/05 para discutir estratégias de implementação.

#### **Conselho em Itajaí**

O município de Itajaí-SC deu início às discussões para a criação de um Conselho Municipal de Gênero e Promoção da Igualdade Racial. A idéia é que o Conselho entre em funcionamento até 20/11, a tempo de celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra e a memória de Zumbi dos Palmares.

## Segurança pública e racismo: FIPIR Sul debate violência institucional contra o negro

O FIPIR Sul foi o primeiro dos encontros regionais a tratar da questão da segurança pública, tema que deverá ser trabalhado também pelas demais regiões. O palestrante Evandro Piza, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (UFPR), enfatizou que uma das áreas que mais afetam a população negra é justamente a violência do Estado. Segundo ele, as poucas pesquisas sobre violência institucional contra o negro no Brasil indicam um tratamento diferenciado entre brancos e negros perante a lei.

Para combater esse quadro, Piza sugere que o Estado inclua o registro de raça e cor em suas ações, de forma a possibilitar um diagnóstico da situação. Em segundo lugar, é preciso formar os agentes de segurança, permitindo que eles saiam da teoria e debatam abertamente a situação do racismo. Piza cita o exemplo de um edital do governo federal que oferece capacitação para a polícia para o tratamento da diversidade: idosos, portadores de deficiência, negros e jovens. Para ele, se de um lado isso é positivo por tratar da diversidade, por outro, deveria se concentrar na

questão principal, que é a violência policial contra os jovens negros. Kelly Cristina, assistente social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, também palestrante no FIPIR Sul, acredita que, além da formação dos agentes de segurança, é preciso envolver a sociedade na discussão. “Este profissional é um de nós, ele saiu da sociedade e é reflexo dela”, afirma.

Para Dora Lucia Bertulio, também da UFPR, existe uma percepção generalizada na sociedade de que o criminoso tem que ser punido exemplarmente: “Somos induzidos a justificar o excesso do aparato policial. Quando alguém é morto pela polícia, a primeira coisa que nos perguntamos é ‘mas o que ele fez?’ – queremos saber se a morte se justifica. Então temos um discurso de segurança que implica exatamente na insegurança de algumas populações”. A questão, para ela, é que não existe um olhar coletivo: “A gente só sente a truculência policial quando nos atinge de forma pessoal, quando um filho ou parente nosso é atingido. Quando vemos na TV, não percebemos isso”.

### Ações afirmativas: Argumentos para defesa da política de cotas na Universidade

Convidado para falar sobre políticas de ações afirmativas, Márcio Pereira de Souza, vereador em Florianópolis, acredita que a questão deve ser abordada do ponto de vista da política pública. Neste sentido, a ação afirmativa existe para dar conta daquilo que escapa ao tratamento universalista dessas políticas: “consiste numa intervenção que garanta um mínimo de cidadania para determinado grupo”. Também na discussão sobre ações afirmativas, um tema que mereceu destaque foi o de cotas para negros na Universidade. Para a palestrante Dora Lucia Bertulio, Procuradora-Chefe da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é importante analisar o discurso daqueles que são contra a reserva de vagas para contrargumentar com propriedade. Segundo ela, o discurso contrário se baseia em três pontos principais:

1) Inconstitucionalidade de ações afirmativas para a população negra – Idéia de que se negros e brancos são iguais, não há necessidade de cotas para negros.

“Esse argumento interpreta a invisibilidade do negro na sociedade como uma coisa natural, e não como uma desigualdade. Então o nosso discurso deve mostrar que há efetivamente um obstáculo que barra a nossa participação na sociedade”.

2) Questões de incompetência e mérito – Argumento de que não é justo tirar vagas daqueles que são meritórios para dar para aos negros, que não seriam competentes.

“Esse discurso é poderoso porque deixa perplexos tanto negros como brancos: o próprio negro tem vergonha de aderir ao programa porque se sente incompetente. Temos que trabalhar este argumento percebendo que a questão da formação escolar passa por todo um contexto de racismo estrutural, principalmente na escola, onde não se fala que o país foi construído por escravos – quando você descarta a participação da população negra, você incentiva essa idéia de que somos efetivamente incompetentes”.

3) Miscigenação da sociedade brasileira – Quem é o negro no Brasil? Se somos miscigenados, não se pode afirmar quem é negro ou não.

Dora acredita que a reserva de vagas não deve levar em consideração a afro-descendência, mas sim a negritude em sua aparência física: “Quando falamos que todos nós somos mais ou menos isso ou aquilo é para desqualificar qualquer ação afirmativa para a população negra. O programa tem o objetivo de trazer a imagem da população negra nestes espaços, então não me importa sua ascendência, importa você ser reconhecido como negro pela sociedade”.

